82	CIR Patos de Minas/João Pinheiro	195	28/11/2017	Pactuação das metas do 1º quadrimestre de 2018 para o Centro Estadual de Atenção Especializada - CEAE.	SUBPAS/SRAS/Coordenadoria de Atenção Especializada Ambulatorial. Parecer Técnico nº 003/2018, datado de 02/01/2018.
83	CIR Patos de Minas/João Pinheiro	196	31/10/2017	Remanejamento de tetos municipais de PPI de média complexidade do 2º semestre de 2017.	SUBREG/SPA/DPPI/Coordenadoria de Remanejamento Eletrônico da PPI. Parecer Técnico nº 05/2018, datado de 15/01/2018.
84	CIR Patrocínio/Monte Carmelo	296	14/09/2017	Remanejamento de Urgência para procedimentos de Litotripsia, em Patrocínio - MG.	SUBREG/SPA/DPPI/Coordenadoria de Remanejamento Eletrônico da PPI. Parecer Técnico nº 08/2018, datado de 02/02/2018.
85	CIR Pedra Azul	16	01/12/2017	Pactuação do Projeto da Rede de IST/AIDS e Hepatites Virais da Gerência Regional de Saúde de Pedra Azul (Região de Saúde de Pedra Azul).	SUBVPS/SVEAST/DVE/Coordenadoria de IST/AIDS e Hepatites Virais. Parecer Técnico nº 009/2017, datado de 22/12/2017.
86	CIR Pedra Azul	17	01/12/2017	Pactuação de Metas do 1º Quadrimestre 2018 do Centro Estadual de Atenção Especializada - CEAE, de consultas médicas, exames e procedimentos aos usuários hipertensos, diabéticos e usuários com doença renal, e de consultas multiprofissionais para gestantes de alto risco, crianças de risco e propedêutica de CA de mama e colo de útero para a Região de Saúde de Pedra Azul.	SUBPAS/SRAS/Coordenadoria de Atenção Especializada Ambulatorial. Parecer Técnico nº 172/2017, datado de 11/12/2017.
87	CIR Poços de Caldas	226	07/11/2017	Remanejamentos Ordinários PPI/Assistencial do Estado de Minas Gerais no Sistema SUS Fácil, do segundo período de 2017 da Região de Saúde de Poços de Caldas.	SUBREG/SPA/DPPI/Coordenadoria de Remanejamento Eletrônico da PPI. Parecer Técnico nº 06/2018, datado de 15/01/2018.
88	CIR Ponte Nova	463	28/11/2017	Pactuar as "Planilhas de Detalhamento Físico-Financeiro da Competência 2017 - 2º Quadrimestre" referente à Resolução SES/MG nº 5.737, de 17 de maio de 2017, que prorroga até 31 de agosto de 2017 as regras estabelecidas na Resolução nº 5.184, de 16 de março de 2017, do Programa ProHosp - Incentivo, referentes aos hospitais contemplados: Hospital São Sebastião de Raul Soares, município de Raul Soares; Hospital Nossa Senhora da Conceição, município de Rio Casca; Hospital Nossa Senhora das Dores e Hospital Arnaldo Gavazza Filho, ambos do município de Ponte Nova, bem como os documentos anexos às respectivas planilhas.	SUBPAS/SRAS/DPGH/Coordenadoria de Gestão Hospitalar. Parecer Técnico nº 17/2018, datado de 17/01/2018.
89	CIR Ponte Nova	464	28/11/2017	Pactuar as "Planilhas de Detalhamento Físico-Financeiro da Competência 2017 - 3º Quadrimestre" referente à Resolução SES/MG nº 5.870, de 05 de setembro de 2017, que prorroga até 31 de dezembro de 2017 as regras estabelecidas na Resolução nº 5.184, de 16 de março de 2017, do Programa ProHosp - Incentivo, referentes aos hospitais contemplados: Hospital São Sebastião de Raul Soares, município de Raul Soares; Hospital Nossa Senhora da Conceição, município de Rio Casca; Hospital Nossa Senhora das Dores e Hospital Arnaldo Gavazza Filho, ambos do município de Ponte Nova, bem como os documentos anexos às respectivas planilhas.	SUBPAS/SRAS/DPGH/Coordenadoria de Gestão Hospitalar. Parecer Técnico nº 18/2018, datado de 17/01/2018.
90	CIR Ponte Nova	465	28/11/2017	Pactuar o Remanejamento de Urgência da Programação Pactuada e Integrada da Assistência à Saúde (PPI Assistencial) de média complexidade para o município de São José do Goiabal, Região de Saúde de Ponte Nova, conforme relatório anexo.	SUBREG/SPA/DPPI/Coordenadoria de Remanejamento Eletrônico da PPI. Parecer Técnico nº 02/2018, datado de 11/01/2018.
91	CIR Pouso Alegre	415	28/11/2017	Pactuação do recurso de remanejamento ordinário do município solicitante Extrema, pacto atual município de Varginha e pacto proposto do município de Cambuí/MG.	SUBREG/SPA/DPPI/Coordenadoria de Remanejamento Eletrônico da PPI. Parecer Técnico nº 06/2018, datado de 15/01/2018.
92	CIR Salinas/Taiobeiras	492	29/11/2017	Planilha de Detalhamento Físico-Financeiro do Hospital Municipal Dr. Oswaldo Prediliano Santana do município de Salinas, referentes às Resoluções nº 5870 de 05 de setembro de 2017 e nº 5184 de 16 de março de 2017.	SUBPAS/SRAS/DPGH/Coordenadoria de Gestão Hospitalar. Parecer Técnico nº 24/2018, datado de 23/01/2018.
93	CIR Salinas/Taiobeiras	493	29/11/2017	Planilha de Detalhamento Físico-Financeiro do Hospital Santo Antônio de Taiobeiras, referentes às Resoluções nº 5870 de 05 de setembro de 2017 e nº 5184 de 16 de março de 2017.	SUBPAS/SRAS/DPGH/Coordenadoria de Gestão Hospitalar. Parecer Técnico nº 25/2018, datado de 23/01/2018.
94	CIR Salinas/Taiobeiras	494	29/11/2017	Pactuação das Metas do Centro Estadual de Atenção Especializada (CEAE) Doutor Silvio Americano Mendes para o 1º quadrimestre ano de 2018.	SUBPAS/SRAS/Coordenadoria de Atenção Especializada Ambulatorial. Parecer Técnico nº 019/2018, datado de 03/01/2018.
95	CIR Santo Antônio do Amparo/Campo Belo	218	01/12/2017	Pactuação das metas do 1º quadrimestre 2018 do Centro Estadual de Atenção Especializada - CEAE de Campo Belo na Região de Saúde Santo Antônio do Amparo/Campo Belo.	SUBPAS/SRAS/Coordenadoria de Atenção Especializada Ambultorial. Parecer Técnico nº 020/2018, datado de 03/01/2018.
96	CIR Santo Antônio do Amparo/Campo Belo	219	01/12/2017	Pactuação de 04 (quatro) leitos de Saúde Mental em Hospital Geral no município de Carmópolis de Minas, na Região de Saúde Santo Antônio do Amparo/Campo Belo.	SUBPAS/SRAS/DRA/Coordenadoria Estadual de Saúde Mental. Parecer Técnico nº 10, datado de 17/01/2018.
97	CIR Santo Antônio do Amparo/Campo Belo	220	01/12/2017	Pactuação de 04 (quatro) leitos de Saúde Mental em Hospital Geral no município de Passa Tempo, na Região de Saúde Santo Antônio do Amparo/Campo Belo.	SUBPAS/SRAS/DRA/Coordenadoria Estadual de Saúde Mental. Parecer Técnico nº 13, datado de 17/01/2018.
98	CIR Santo Antônio do Amparo/Campo Belo	221	01/12/2017	Pactuação do Remanejamento de Urgência de PPI de cotas das Clínicas Cirúrgicas, Obstétricas e Pediátricas do município de Candeias, na Região de Saúde Campo Belo/Santo Antônio do Amparo.	SUBREG/SPA/DPPI/Coordenadoria de Remanejamento Eletrônico da PPI. Parecer Técnico nº 05/2018, datado de 15/01/2018.
99	CIR Santos Dumont	175	29/11/2017	Pactuar as metas do 1º quadrimestre 2018 do CEAE Mulher e Criança/HAS/DM/DRC de Juiz de Fora.	SUBPAS/SRAS/Coordenadoria de Atenção Especializada Ambulatorial. Parecer Técnico nº 010/2018, datado de 02/01/2018.
100	CIR São João Del Rei	295	29/11/2017	Pactuação das metas CEAE - Região de Saúde de São João Del Rei para o 1º quadrimestre de 2018.	SUBPAS/SRAS/Coordenadoria de Atenção Especializada Ambulatorial. Parecer Técnico nº 002/2018, datado de 02/01/2018.
101	CIR São João Nepomuceno/Bicas	273	29/11/2017	Pactuar as metas do 1º quadrimestre 2018 do CEAE Mulher e Criança/HAS/DM/DRC de Juiz de Fora.	SUBPAS/SRAS/Coordenadoria de Atenção Especializada Ambulatorial. Parecer Técnico nº 011/2018, datado de 02/01/2018.
102	CIR São Lourenço	528	29/11/2017	Pactuação das metas do Centro Estadual de Atenção Especializada (CEAE) de São Lourenço, referentes ao 1º quadrimestre 2018.	SUBPAS/SRAS/Coordenadoria de Atenção Especializada Ambulatorial. Parecer Técnico nº 008/2018, datado de 02/01/2018.
103	CIR São Sebastião do Paraíso	146	08/08/2017	Pactuação da Rede de IST/AIDS e Hepatites Virais.	SUBVPS/SVEAST/DVE/Coordenadoria de IST/AIDS e Hepatites Virais. Parecer Técnico nº 03/2018, datado de 30/01/2018.
104	CIR São Sebastião do Paraíso	150	07/11/2017	Adesão do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO de São Sebastião do Paraíso à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência - Resolução nº 3.426 de 12 de setembro de 2012/ Pactuação de cotas físicas de procedimentos odontológicos para atendimento às pessoas com necessidades especiais/Incentivo adicional de custeio mensal federal para adesão à RCPD.	SUBPAS/SRAS/DAE/Coordenadoria de Saúde Bucal. Parecer Técnico nº 002/2018, datado de 25/01/2018.
105	CIR Teófilo Otoni/Malacacheta/Itambacuri	286	30/10/2017	Remanejamentos dos Procedimentos Ambulatoriais da Média Complexidade/PPI Assistencial.	SUBREG/SPA/DPPI/Coordenadoria de Remanejamento Eletrônico da PPI. Parecer Técnico nº 05/2018, datado de 15/01/2018.
106	CIR Teófilo Otoni/Malacacheta/Itambacuri	287	01/12/2017	Recurso negado no Sistema SUSFácilPPI-Eletrônica referente às propostas de remanejamento dos procedimentos ambulatoriais da Média Complexidade/PPI Assistencial do município de Novo Cruzeiro.	SUBREG/SPA/DPPI/Coordenadoria de Remanejamento Eletrônico da PPI. Parecer Técnico nº 09/2018, datado de 06/02/2018.
107	CIR Três Corações	216	29/11/2017	Pactuação da Rede de IST/AIDS e Hepatites Virais da Região de Saúde de Três Corações.	SUBVPS/SVEAST/DVE/Coordenadoria de IST/AIDS e Hepatites Virais. Parecer Técnico nº 009/2017, datado de 22/12/2017.
108	CIR Ubá	330	31/10/2017	Planilha de remanejamento no SUSFácil.	SUBREG/SPA/DPPI/Coordenadoria de Remanejamento Eletrônico da PPI. Parecer Técnico nº 06/2018, datado de 15/01/2018.
109	CIR Ubá	331	20/12/2017	Planilha de Remanejamento de Urgência do SUSFFácil de OPM (Órtese, Prótese e Materiais Especiais) da Região de Saúde de Ubá.	SUBREG/SPA/DPPI/Coordenadoria de Remanejamento Eletrônico da PPI. Parecer Técnico nº 04/2018, datado de 11/01/2018.
110	CIR Uberlândia/Araguari	290	06/07/2017	Remanejamento das cotas físicas do CEO de Tupaciguara.	SUBPAS/SRAS/DAE/Coordenadoria de Saúde Bucal. Parecer Técnico nº 001/2018, datado de 25/01/2018.
111	CIR Unaí	239	01/12/2017	Pactuação de Planilha de Detalhamento Físico-Financeiro do Hospital Municipal Doutor Joaquim Brochado e do Hospital Municipal de Paracatu referente ao 3º quadrimestre de 2017 do componente PRO-HOSP Incentivo - competência 2017.	SUBPAS/SRAS/DPGH/Coordenadoria de Gestão Hospitalar. Parecer Técnico nº 22/2018, datado de 23/01/2018.
112	CIR Varginha	206	29/11/2017	Pactuação da Rede de IST/AIDS da Região de Saúde de Varginha.	SUBVPS/SVEAST/DVE/Coordenadoria de IST/AIDS e Hepatites Virais. Parecer Técnico nº 009/2017, datado de 22/12/2017.
113	CIR Vespasiano	304	28/11/2017	Remanejamento da PPI/2º semestre de 2017, do município solicitante: Confins. Municípios de pacto atual: Belo Horizonte, Lagoa Santa e Contagem. Municípios de pacto proposto: Confins e Belo Horizonte.	SUBREG/SPA/DPPI/Coordenadoria de Remanejamento Eletrônico da PPI. Parecer Técnico nº 03/2018, datado de 11/01/2018.
114	CIR Viçosa	429	28/11/2017	Pactuar as "Planilhas de Detalhamento Físico-Financeiro da Competência 2017 - 2º Quadrimestre" referente à Resolução SES/MG nº 5.737, de 17 de maio de 2017, que prorroga até 31 de agosto de 2017 as regras estabelecidas na Resolução nº 5.184, de 16 de março de 2017, do Programa ProHosp - Incentivo, referentes aos hospitais contemplados: Hospital São Sebastião e Hospital São João Batista, ambos do município de Viçosa, bem como os documentos anexos às respectivas planilhas.	SUBPAS/SRAS/DPGH/Coordenadoria de Gestão Hospitalar. Parecer Técnico nº 15/2018, datado de 17/01/2018.
115	CIR Viçosa	430	28/11/2017	Pactuas as "Planilhas de Detalhamento Físico-Financeiro da Competência 2017 - 3º Quadrimestre" referente à Resolução SES/MG nº 5.870, de 05 de setembro de 2017, que prorroga até 31 de dezembro de 2017 as regras estabelecidas na Resolução nº 5.184, de 16 de março de 2017, do Programa ProHosp - Incentivo, referentes aos hospitais contemplados: Hospital São Sebastião e Hospital São João Batista, ambos do município de Viçosa, bem como os documentos anexos às respectivas planilhas.	SUBPAS/SRAS/DPGH/Coordenadoria de Gestão Hospitalar. Parecer Técnico nº 16/2018, datado de 17/01/2018.

21 1063548 - 1

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 2.668,
DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Aprova a programação dos valores publicados para o Estado de Minas Gerais na Portaria GM/MS nº 3.011, de 10 de novembro de 2017 no âmbito da Programação Pactuada Integrada de Minas Gerais (PPI/MG).

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:
- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de julho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- a Portaria GM/MS nº 3.011, de 10 de novembro de 2017, que estabelece recursos a serem transferidos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC para o Teto Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade-MAC dos Estados e do Distrito Federal; e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 239ª Reunião Ordinária, ocorrida em 20 de fevereiro de 2018.

DELIBERA:

Art. 1º - Fica aprovada a programação dos valores publicados para o Estado de Minas Gerais na Portaria GM/MS nº 3.011, de 10 de novembro de 2017 no âmbito da Programação Pactuada Integrada de Minas Gerais (PPI/MG).
Parágrafo único - O recurso financeiro de que trata esta Deliberação perfaz o valor de R$53.614.710,25 (cinquenta e três milhões, seiscentos e quatorze mil, setecentos e dez reais e vinte cinco centavos) e será programado considerando a metodologia descrita no Anexo I desta Deliberação.

Art. 2º - O valor programado total por município de atendimento está disposto no Anexo II desta Deliberação.

Art. 3º - Os procedimentos listados no Anexo II da Portaria GM/MS nº 3.011/2017 que não tiveram produção em MG no período de série histórica definido na mesma e que, portanto, estão sem financiamento específico apresentam-se listados no Anexo III desta Deliberação.

Art.4º - A operacionalização das alterações previstas nesta Deliberação deve ser realizada de acordo com a legislação vigente em cada ente federativo.

Art. 5º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir da 4º parcela/2018.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2018.

NALTON SEBASTIÃO MOREIRA DA CRUZ
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE EM EXERCÍCIO E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

ANEXOS I, II E III DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG
Nº 2.668, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018 (disponível
no sítio eletrônicowww.saude.mg.gov.br/cib).

21 1063654 - 1

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 2.678,
DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.550, de 21 de setembro de 2017, que aprova as normas gerais de adesão, execução, acompanhamento, controle e avaliação da concessão de incentivo adicional estadual para os municípios habilitados na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP).

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais – CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:
- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- o Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação das contas de recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;
- a Portaria Interministerial MS/GM/MJ nº 1, de 02 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- a Portaria MS/GM nº 482, de 01 de abril de 2014, que institui normas para a operacionalização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- a Portaria MS/GM nº 1.741, de 12 de julho de 2017, que habilita municípios a receberem incentivos financeiros referentes às Equipes de Saúde no Sistema Prisional (ESP);
- a Portaria MS/GM nº 3.854, de 27 de dezembro de 2017, que habilita municípios a receberem incentivos financeiros referentes às Equipes de Saúde no Sistema Prisional (ESP);
- a Resolução SES/MG nº 4.605, de 17 de dezembro de 2014, que estabelece regras para o funcionamento do processo de acompanhamento, controle e avaliação previsto no Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010 e dá outras providências;
- a Resolução SES/MG nº 4.606, de 17 de dezembro de 2014, que dispõe sobre as normas gerais do processo de prestação de contas dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde – FES nos termos do Decreto Estadual nº 45.468/2010;
- a Resolução SES/MG nº 5.884, de 21 de setembro de 2017, que estabelece as normas gerais de adesão, execução, acompanhamento, controle e avaliação da concessão de incentivo adicional estadual para os municípios habilitados na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP);
- a Resolução CES/MG nº 016, de 12 de dezembro de 2016, que dispõe sobre aprovação do Plano Estadual de Saúde de Minas Gerais para o quadriênio 2016-2019; e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 239ª Reunião Ordinária, ocorrida em 20 de fevereiro de 2018.

DELIBERA:

Art. 1º – Fica aprovada a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.550, de 21 de setembro de 2017, nos termos do Anexo Único desta Deliberação.

Art. 2º – Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2018.

NALTON SEBASTIÃO MOREIRA DA CRUZ
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE EM EXERCÍCIO E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG
Nº 2.678, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018 (disponível
no sítio eletrônicowww.saude.mg.gov.br/cib).

21 1063744 - 1

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 2.675,
DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG n° 2.322, de 13 de abril de 2016, e dá outras providências.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:
- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização interfederativa, e dá outras providências;
- a Portaria MS/GM nº 1.150, de 15 de junho de 2016, que altera a classificação do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) do Município de Belo Horizonte (CNES: 5854903) e do Município de Ipatinga (CNES: 2193183);